

SUMÁRIO

SOBRE OS ORGANIZADORES	5
APRESENTAÇÃO	7
PREFÁCIO	9
ESTRUTURA DA COLEÇÃO	11
ÍNDICE DE AUTORES	19

CAPÍTULO I PROCESSO ADMINISTRATIVO

1. Decisão administrativa. Efeitos e revogabilidade. Coisa julgada. Limites objetivos em matéria fiscal	
ANTÔNIO ROBERTO SAMPAIO DÓRIA	25
2. Apresentação de novas razões de defesa no processo administrativo fiscal	
CÉLIO ARMANDO JANCZESKI	53
3. A execução fiscal administrativa e o devido processo legal	
FRANCISCO DE BARROS E SILVA NETO	65
4. Processo administrativo tributário - Nulidades	
JOSÉ EDUARDO SOARES DE MELO	75
5. Algumas reflexões sobre a consulta em matéria fiscal	
LUÍS EDUARDO SCHOUERI	83
6. Processo administrativo tributário do Estado de São Paulo	
LUIZ FERNANDO MUSSOLINI JÚNIOR.....	115
7. Processo tributário administrativo - Alguns aspectos relevantes	
RAFAEL JAYME TANURE.....	139

CAPÍTULO II EXECUÇÃO FISCAL

8. Do sistema inaugurado pela Lei 6.830/1980 (Lei de Execuções Fiscais)	
ARRUDA ALVIM	153

9. Da aplicabilidade das inovações trazidas pela Lei 11.382/2006 ao feito executivo fiscal	
CARLOS FONSECA MONNERAT E MARCOS NEVES VERISSIMO	167
10. Dívida ativa da União – Cobrança judicial nas comarcas do interior	
CID HERÁCLITO DE QUEIROZ	191
11. Apontamentos sobre a execução fiscal	
CLITO FORNACIARI JÚNIOR	205
12. A execução fiscal diante da nova disciplina da execução cível FLÁVIA ALMEIDA PITA	245
13. O redirecionamento da execução fiscal contra os sócios da pessoa jurídica	
FRANCISCO GLAUBER PESSOA ALVES	279
14. Ação fiscal e processo fiscal – Lei de Anistia	
GERALDO ATALIBA	295
15. A cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública segundo a Lei 6.830, de 22.09.1980	
HUMBERTO THEODORO JÚNIOR	327
16. Alguns problemas pendentes de solução após a reforma da execução dos títulos extrajudiciais (Lei 11.382/2006)	
HUMBERTO THEODORO JÚNIOR	349
17. Novos aspectos da execução fiscal (Lei 6.830, de 22 de setembro de 1980)	
JOSÉ AUGUSTO DELGADO	379
18. Exceção de pré-executividade e a execução fiscal	
JOSÉ VILAÇO DA SILVA	391
19. Da execução fiscal contra os diretores e contra a sociedade, à luz da responsabilidade perante o Código Tributário Nacional	
LEON FREJDA SZKLAROWSKY	399
20. A execução fiscal e as recentes alterações do Código de Processo Civil	
LEON FREJDA SZKLAROWSKY	417

21. Considerações acerca das principais alterações no processo de execução de título extrajudicial trazidas pela Lei 11.382/2006 e seus reflexos perante a Lei de Execuções Fiscais	
MÁRCIO HENRIQUE MENDES DA SILVA, THIAGO PUCCI BEGO E DANILO MENDES SILVA DE OLIVEIRA	429
22. Execução fiscal e princípio da paridade de tratamento das partes	
NELSON LUIZ PINTO	473
 CAPÍTULO III MEDIDAS DE URGÊNCIA 	
23. Concessão de liminares contra a Fazenda Pública	
ADALBERTO JORGE XISTO PEREIRA	481
24. A medida cautelar fiscal: o bem de família e os privilégios da Fazenda	
DEJALMA DE CAMPOS	487
25. A tutela antecipatória contra a Fazenda Pública no processo tributário	
DJALMA ANDRELINO NOGUEIRA JÚNIOR	495
26. Tutela antecipada em face da Fazenda Pública para recebimento de verbas de cunho alimentar	
DORIVAL RENATO PAVAN E CRISTIANE DA COSTA CARVALHO	511
27. As tutelas de urgência e o poder público – Algumas considerações sobre a LC 104/2001	
EDUARDO ARRUDA ALVIM	559
28. Tutela de urgência e Fazenda Pública	
EDUARDO TALAMINI	581
29. A antecipação da tutela inibitória em face da Fazenda Pública e o destinatário das medidas coercitivas	
ELMER DA SILVA MARQUES E LUIZ FERNANDO BELLINETTI	611
30. A tutela antecipada em face da Fazenda Pública, seu perfil contemporâneo (tendências jurisprudenciais) e a necessidade de uma hermenêutica que lhe atribua efetividade	
FRANCISCO GLAUBER PESSOA ALVES	637

31. Tutela judicial cautelar suspensiva da exigibilidade do crédito tributário	
HUGO DE BRITO MACHADO	679

CAPÍTULO IV OUTROS ASPECTOS PROCESSUAIS

32. Algumas questões decorrentes do princípio do devido processo legal tributário, inclusive, e ainda, sobre o depósito prévio recursal administrativo-fiscal	
ALBERTO NOGUEIRA JÚNIOR	693
33. Anotações sobre a chamada coisa julgada tributária	
ARRUDA ALVIM	709
34. Dívida ativa tributária e os títulos hábeis para a inscrição	
AURÉLIO PITANGA SEIXAS FILHO	719
35. Decisões judiciais e tributações	
CESAR ASFOR ROCHA	727
36. A ação rescisória. Compreensão e abrangência. Consequências em matéria tributária. A jurisprudência do STJ e do STF	
CLEIDE PREVITALI CAIS	739
37. Ação declaratória de imunidade tributária	
DONALDO ARMELIN	797
38. Devido processo legal judicial – Enfoque tributário do princípio	
EDUARDO ARRUDA ALVIM	811
39. Ausência de apelação da Fazenda Pública, acórdão proferido em julgamento do reexame necessário e o cabimento de recurso especial	
FABIANO CARVALHO	827
40. Exceção de pré-executividade fiscal	
FELIPE LUIZ MACHADO BARROS	843
41. O sistema dos precatórios e a efetividade do processo	
FRANCISCO WILDO LACERDA DANTAS	853
42. Execução fiscal e ação anulatória	
HUGO DE BRITO MACHADO	877

43. O prazo para impetração do mandado de segurança em matéria tributária	
HUGO DE BRITO MACHADO	885
44. Impetração preventiva em matéria tributária	
HUGO DE BRITO MACHADO	903
45. Prerrogativas processuais da Fazenda Pública e princípio da isonomia	
IVANI CONTINI BRAMANTE	917
46. Ação civil pública e os direitos do contribuinte	
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS	939
47. Ação de consignação em pagamento em matéria tributária	
JAMES MARINS	951
48. O Código Tributário Nacional na visão do STJ – Súmulas e julgados em matéria fiscal	
JOSÉ DE JESUS FILHO	977
49. Cobrança da dívida ativa da União nas comarcas do interior	
LEON FREJDA SZKLAROWSKY	997
50. Execução contra o Poder Público	
MARCELO LIMA GUERRA	1009
51. Denúncia espontânea em direito tributário	
MARCUS DE FREITAS GOUVÊA	1035
52. Mandado de segurança contra ato judicial em matéria tributária	
MARILENE TALARICO MARTINS RODRIGUES	1069
53. O princípio <i>solve et repete</i> e a natureza jurídica do depósito previsto no art. 38 da Lei 6.830/1980 (e dos demais depósitos judiciais em matéria tributária)	
R. REIS FRIEDE	1075
54. A execução contra a Fazenda Pública na Justiça do Trabalho	
RODOLFO PAMPLONA FILHO E TÁRSIS SILVA DE CERQUEIRA	1089
55. Os precatórios	
ROMEU GIORA JUNIOR	1147
56. Coisa julgada e orientação fiscal	
RUY BARBOSA NOGUEIRA	1161

57. Da impossibilidade jurídica de ação rescisória de decisão anterior à declaração de constitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal no Direito Tributário
SACHA CALMON NAVARRO COELHO 1181
58. Os precatórios judiciais, a Emenda Constitucional 30/2000 e o poder liberatório do pagamento de tributos da entidade devedora
SANDRO GILBERT MARTINS E SANDRO VICENTINI 1199
59. Aspectos processuais da ilegitimidade passiva e da responsabilidade dos sócios-gerentes de sociedades limitadas nas execuções fiscais
TIAGO BANA FRANCO 1219

